

PLANO MINASCAIXA MinasCaixa

CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS - CNPB 1979.0034-83

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Belo Horizonte, 16 de abril de 2014.

Senhor participante ou assistido:

Em conformidade com a Resolução nº 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 6 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 2, de 31 de março de 2011, e a Instrução PREVIC nº 5, de 1º de novembro de 2013, a Fundação Libertas apresenta o Relatório Anual de Informações 2013 (resumo), que compreende:

- Demonstração do Ativo Líquido do Plano;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano;
- Despesas Administrativas Consolidadas;
- Situação Atuarial do Plano;
- Aprovação das Demonstrações Contábeis;
- Distribuição dos Investimentos por Segmento e Gestão Terceirizada;
- Rentabilidade Bruta e Líquida por Segmento e Principais Índices do Mercado;
- Relatório Resumo da Política de Investimentos 2014.

A entidade esclarece que as informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamentos que porventura ocorreram nos últimos 12 meses estão disponíveis em seu site www.fundacaolibertas.com.br.

Nesse mesmo endereç o eletrônico, em atendimento   normatização da PREVIC, poderá ser acessado o resumo das determinações encaminhadas nos trabalhos de fiscalização, bem como as providências adotadas pela entidade. Tal conteúdo está disponível na seção Autoatendimento ( rea privativa do participante ou assistido), visando preservar o sigilo legal de cada plano.

Ressalte-se ainda que o **Relatório de Gestão 2013**, com as principais iniciativas empreendidas pela Funda o Libertas no exercício passado, será disponibilizado em breve no site da entidade. Mais do que uma prestação de contas, em uma linguagem simples e acessível, esse documento cumpre um papel preponderante na comunicação entre instituição, participantes e assistidos, ao disseminar a gestão e o funcionamento de uma entidade fechada de previdência complementar.

Por fim, de acordo com a legislação, a entidade informa que o inteiro teor das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013, consolidadas e segregadas por plano de benefícios, estão igualmente disponíveis em seu site (menu principal: Patrim nio e Finanç s), onde ainda poderão ser encontrados, na íntegra, todos os informativos supracitados, entre outros documentos.

Atenciosamente,

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A situação patrimonial de cada Plano de Benefícios Previdenciais pode ser verificada em sua “Demonstração do Ativo Líquido”. Nesse demonstrativo é possível observar a composição dos Investimentos do Plano; os registros dos valores a receber referente a contribuições normais e contratadas; os registros das obrigações (operacionais e contingencias); a composição dos fundos (previdenciais e não previdenciais); o registro das Provisões Matemáticas e o Resultado do Plano.

Por meio da “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido” é possível observar as alterações ocorridas no patrim nio do Plano, decorrentes das Contribuições Vertidas; do Resultado dos Investimentos; dos Benefícios Pagos; das variações do Exigível Contingencial e do valor destinado ao Custeio Administrativo do plano.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
1. Ativos	213.263	231.604	-7,92%
Disponível	67	20	235,00%
Receb�vel	1.099	1.675	-34,39%
Investimento	212.097	229.909	-7,75%
Títulos Públicos	72.092	67.786	6,35%
Créditos Privados e Depósitos	10.038	14.186	-29,24%
Ações	–	16.253	-100,00%
Fundos de Investimentos	65.636	62.243	5,45%
Investimentos Imobiliários	13.635	17.445	-21,84%
Empréstimos	2.744	2.760	-0,58%
Outros Realizáveis	47.952	49.236	-2,61%
2. Obrigações	15.956	21.341	-25,23%
Operacional	2.692	2.165	24,34%
Contingencial	13.264	19.176	-30,83%
3. Fundos não Previdenciais	959	862	11,25%
Fundos Administrativos	125	26	380,77%
Fundos de Investimentos	834	836	-0,24%
4. Resultados a Realizar	–	–	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	196.348	209.401	-6,23%
Provisões Matemáticas	196.348	209.401	-6,23%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO			
(valores expressos em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	209.401	212.297	-1,36%
1. Adições	13.656	22.988	-40,60%
(+) Contribuições	2.459	897	174,14%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.197	21.905	-48,88%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	–	186	-100,00%
2. Destinaç�es	(26.709)	(25.884)	3,19%
(-) Benefício	(26.385)	(25.824)	2,17%
(-) Constituição de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(201)	–	0,00%
(-) Custeio Administrativo	(123)	(60)	105,00%
3. Acr�scimo/Decr�scimo no Patrim�nio Social (1+2)	(13.053)	(2.896)	350,73%
(+ / -) Provis�es Matemáticas	(13.053)	(31.950)	-59,15%
(+ / -) Super�vit (Déficit) Técnico do Exercício	–	29.054	-100,00%
4. Operações Transitórias	–	–	0,00%
B) Patrimonio social - final do exercício (A+3+4)	196.348	209.401	-6,23%
C) Fundos não previdenciais	959	863	11,12%
(+ / -) Fundos Administrativos	125	26	380,77%
(+ / -) Fundos dos Investimentos	834	837	-0,36%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CGPC n  8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrim nio próprio segregado do plano de benefícios previdencial, em conformidade com regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

A variação patrimonial do PGA observa as receitas administrativas decorrentes das gestões Previdenciais e de Investimentos; as Receitas Diretas; além do reembolso dos planos assistenciais. Registra também as deduções das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As despesas totais da Fundação são assim distribuídas:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2013

(valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	GESTÃO ASSISTENCIAL	TOTAL DAS DESPESAS	%
Pessoal e encargos - CONSELHEIROS	228	106	46	380	1,40%
Pessoal e encargos - DIRIGENTES	639	502	225	1.366	5,05%
Pessoal e encargos - PESSOAL PRÓPRIO	6.139	2.625	4.080	12.844	47,44%
Pessoal e encargos - PESSOAL CEDIDO	358	50	103	511	1,89%
Sub Total - Despesas com Pessoal e Encargos	7.364	3.283	4.454	15.101	55,78%
Serviços de terceiros - AUDITORIA ATUARIAL/BENEFÍCIOS	7	-	-	7	0,03%
Serviços de terceiros - AUDITORIA CONTÁBIL	83	51	48	182	0,67%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA ATUARIAL	1.946	-	-	1.946	7,19%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA CONTÁBIL	3	-	-	3	0,01%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	-	526	24	550	2,03%
Serviços de terceiros - CONSULTORIA JURÍDICA	42	7	6	55	0,20%
Serviços de terceiros - GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	-	1	-	1	0,00%
Serviços de terceiros - INFORMÁTICA	689	200	276	1.165	4,30%
Serviços de terceiros - OUTRAS	197	84	592	873	3,22%
Sub Total - Despesas com Serviços de terceiros	2.967	869	946	4.782	17,66%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	1.368	522	657	2.547	9,41%
Sub Total - Despesas com Manutenção Administrativa	1.368	522	657	2.547	9,41%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	69	20	39	128	0,47%
Sub Total - Despesas com Treinamentos	69	20	39	128	0,47%
VIAGENS E ESTADIAS	67	22	10	99	0,37%
Sub Total - Despesas com Viagens	67	22	10	99	0,37%
OUTRAS DESPESAS	-	-	503	503	1,86%
Sub Total - Outras despesas	-	-	503	503	1,86%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	101	80	55	236	0,87%
Sub Total - Depreciação e Amortização	101	80	55	236	0,87%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Previdencial	2.207	-	-	2.207	8,15%
Reconhecimento de Contingências - Gestão de Investimentos	-	737	-	737	2,72%
Reconhecimento de Contingências - Gestão Assistencial	-	-	733	733	2,71%
Sub Total - Reconhecimento de contingências	2.207	737	733	3.677	13,58%
TOTAL GERAL	14.143	5.533	7.397	27.073	100,00%

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS¹
1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo as disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios 2 - RP2, também denominado PLANO MINASCAIXA, referente aos ex-empregados vinculados à extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais – MINASCAIXA, administrado e executado pela FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais,

bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para abril de 2014.

O PLANO MINASCAIXA está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº1979.0034-83, encontra-se fechado a novas inscrições, ou seja, em extinção, e não possui benefícios programados a conceder, sendo oferecidos apenas benefícios de risco aos atuais Participantes, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

¹Citações extraídas do Parecer Atuarial 025/14, cuja versão completa encontra-se publicada no Relatório Anual no sítio eletrônico da Fundação Libertas: www.fundacaolibertas.com.br

Ressalta-se que a PREVIC, por meio do Ofício 3.283/CGAT/DITEC/PREVIC, de 18 de julho de 2011, comunicou acerca da impossibilidade de aprovação de alteração no regulamento do Plano Ex-Minascaixa – RP2 – CNPB 1979.0034-83, mormente ao amparo das conclusões da Nota Técnica nº 99/20006/SPC/DELEG, de 2006, em face de pleito nesse sentido realizado pela Fundação Libertas. Em razão da impossibilidade de atualização do regulamento, a continuidade operacional do Plano, no que se refere ao suporte regulamentar, conforme definição da Fundação, dar-se-á pelo regulamento básico, este aprovado no bojo do programa de recuperação levado a termo pelo então interventor (processo MPS-44000.000408/92), bem como o Regulamento do Plano Previdencial para os Participantes subordinados ao Regime Jurídico Único, conforme última alteração regulamentar aprovada por meio do ofício 216/SPC/CGOF/COJ de 23 de abril de 1998, e demais documentos levados a público durante a intervenção, nos quais são descritos os benefícios do grupo de participantes oriundos da extinta MINASCAIXA (Item 17, do Ofício 3.283/CGAT/DITEC/PREVIC).

Para tanto, a Fundação informa encontrar-se em tratativas com a PREVIC para avaliação das alternativas legais e eventualmente disponíveis, para posterior elaboração de estratégia previdencial específica para as características do PLANO MINASCAIXA.

Desta forma, procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, posicionada em 31/12/2013, conforme apresentada no Relatório GAMA 43 – RE 030/14, contemplando o Regulamento Básico e o Regulamento do Plano Previdencial para os Participantes subordinados ao Regime Jurídico Único, conforme última alteração regulamentar aprovada por meio do ofício 216/SPC/CGOF/COJ de 23 de abril de 1998, e considerando as orientações da Fundação, bem como a Nota Técnica Atuarial do Plano, os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as respectivas informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pela Fundação, posicionados na data base de 31/12/2013.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 43 – RE 030/14, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do PLANO MINASCAIXA posicionada em 31/12/2013.

Ressalta-se que, para o PLANO MINASCAIXA, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente e em face da Fundação Libertas não ter informado nenhum fato relevante para este plano, além de prospecções e estudos que visam eventual adoção de estratégia previdenciária durante o exercício de 2013, em conformidade com a correspondência GAMA 43 - CT 505/13 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2013, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos Planos administrados pela Fundação.

(...)

2.1.4 – SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Para restabelecer o Equilíbrio Técnico do Plano, em face da

apuração de Déficit Técnico Acumulado na data da Avaliação Atuarial de 2013, posicionada em 31/12/2013, no montante de R\$ 25.828.971,71, observadas as causas estruturais que lhe deram origem, em decorrência do terceiro ano consecutivo de Déficit Técnico, este permaneceu mantido integralmente à Provisão Matemática a Constituir, então inexistente, considerando a metodologia atuarial na sua apuração, derivando em Custeio Extraordinário consolidado no Plano de Custeio (GAMA 43 – PC 026/14). Considerou-se a adoção das medidas previstas na Resolução MPS/CGPC 26/2008, em relação às proporções contributivas e às reservas matemáticas individuais dos Participantes e Assistidos, e, na forma da Resolução MPS/CGPC 18/2006, alterada pela CNPC 9/12 quanto aos prazos máximos de financiamento, conforme consta do Relatório GAMA 43 RE 030/14.

Para equacionamento da Provisão a Constituir, considerando inclusa a sobrecarga administrativa, foi estabelecido o Custeio Extraordinário, o qual, se aprovado pelas instâncias competentes na Fundação, será efetuado a partir de Taxa Amortizante sobre o valor presente da Folha de Salários, equivalente a 0,155%, de responsabilidade dos Participantes, com base em um prazo médio de financiamento de 2 anos, e de 12,085%, incidente sobre o benefício bruto dos Assistidos, em um prazo médio de financiamento de 9 anos, considerando os prazos máximos de financiamento, conforme consta do Relatório GAMA 43 - RE 030/13. Ressalta-se que tal fator e percentual são válidos exclusivamente para os primeiros 12 meses da vigência do plano de custeio, uma vez que deve ser procedida a revisão atuarial anual do saldo devedor da Provisão Matemática a Constituir, considerando o montante amortizado e a reavaliação atuarial da referida provisão.

Em função da inexistência de Contribuições Normais Vertidas no Plano (Art. 29 da Resolução CGPC 26/08), e ante as características do plano (RJU), o equacionamento dar-se-á exclusivamente pelos Participantes e Assistidos, conforme definição da Fundação Libertas.

(...)

2.2.2 – VARIAÇÃO DO RESULTADO

Os comentários acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais anuais de 2012 e 2013 constam, de forma pormenorizada, do Relatório GAMA 43 – RE 030/14 e dos Relatórios de Avaliações Especiais GAMA 043 - RE 071/13, GAMA 043 - RE 119/13 e GAMA 043 RE - 145/13.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$ 196.347.439,29, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, quando consideradas as Provisões a Constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de mesmo valor, verifica-se que a situação econômico-atuarial do PLANO MINASCAIXA apresentou Equilíbrio Técnico em 31/12/2013.

Salienta-se que tal Equilíbrio Técnico foi influenciado pela existência de Provisão Matemática a Constituir, em 31/12/2013, no valor de R\$ 25.828.971,71. Destaca-se que o Déficit Técnico Acumulado, equacionado por meio da referida Provisão Matemática a Constituir foi influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório GAMA 43 RE 030/14 e nos Relatórios de Avaliações Especiais GAMA 043 - RE 071/13, GAMA 043 - RE 119/13 e GAMA 043 RE - 145/13, por mudanças da base de dados, pela ação conjunta das alterações das hipóteses atuariais, em relação àquelas utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2012.

Adicionalmente aos motivos explicitados acima, ressalta-se a solicitação da Fundação Libertas melhor detalhada no item 2.1.2 deste Parecer no que tange a retirada do benefício de Pecúlio por morte dos futuros aposentados válidos, que representou uma redução de 99,60% da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

2.2.3 – NATUREZA DO RESULTADO

O resultado equilibrado do Plano apresentado no encerramento do exercício, deve-se ao fato de que, quando da constituição da Provisão Matemática a Constituir posicionada em 31/12/2013, foi absorvido o resultado deficitário acumulado até aquela referida data, derivando em Custeio Extraordinário consolidado no Plano de Custeio (GAMA 43 – PC 030/14) e, dessa forma, em nosso entendimento, o resultado deficitário tem causas com caráter perene, atribuindo-se, então, natureza estrutural a este, em decorrência do terceiro ano consecutivo de Déficit Técnico.

2.2.4 – SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O equacionamento do Déficit Técnico acumulado auferido pelo Plano, conforme constatado na Avaliação Atuarial anual de 2013, posicionada em 31/12/2013, no montante de R\$ 25.828.971,71, e observadas as causas estruturais que lhe deram origem, em decorrência do terceiro ano consecutivo de Déficit Técnico, foi levado integralmente à Provisão Matemática a Constituir, estabelecendo-se Custeio Extraordinário para equacioná-la, o qual foi consolidado no Plano de Custeio denominado de GAMA 43 – PC 030/14, previsto para vigorar a partir de 01/04/2014, se aprovado pelas instancias competentes na Fundação, na forma relatada no subitem relativo a Soluções para Insuficiência de Cobertura deste Parecer.

(...)

2.2.6 – OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2013, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano foram os informados pela Fundação, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo sua precificação inteira e de exclusiva responsabilidade da Fundação, e considerando consideramos que as Provisões Matemáticas ora avaliadas estão fixadas com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 4,84% a.a.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Fundação atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 43 – PA 040/14.

3) Em função da inexistência de Contribuições Normais Vertidas ao Plano (Art. 29 da Resolução CGPC 26/08), e ante as características do plano (RJU), o equacionamento dar-se-á exclusivamente pelos Participantes e Assistidos, conforme definição da Fundação Libertas.

4) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2013,

verifica-se que o montante de R\$ 539.869,8 não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, na mesma data, sendo o valor integral referente às contribuições em atraso.

5) No exercício de 2013 não houve constituição ou reversões de Fundos Previdenciais. Em 31/12/2013 o Fundo Administrativo do Plano montava em R\$ 125.372,48 e o Fundo de Investimentos do Plano montava em R\$ 833.972,13, com a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade da Fundação Libertas.

6) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2013 do PLANO MINASCAIXA foram aprovadas pela Fundação Libertas, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório GAMA 43 - RE 102/13, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 018/06, alterada pela CNPC 9/12.

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2013, comparativamente às adotadas no exercício de 2012, destaca-se as alterações relativas à inflação de 5,00% a.a., em substituição à taxa de 4,49% a.a., à alteração da Composição Familiar EXP. LIBERTAS 2013 - Fator de reversão médio, em detrimento de GAMA – Hx EXP. LIBERTAS/MINASCAIXA 2012 M&F, ao Fator de Capacidade de 0,9782, em substituição ao de 0,9803, à tábua de Mortalidade de Inválidos Winklevoss, em substituição à tábua RP 2000 Disable segregada por sexo, à taxa de carregamento administrativo que em 2012 era de 9% e passou a ser nula em 2013, e à taxa de administração de 0,977, em substituição à taxa de 0,925%, sendo tais substituições consubstanciadas no Relatório GAMA 43 – RE 030/13.

8) A rentabilidade Patrimonial do Plano MINASCAIXA, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2013, foi de 7,896%, como informado pela Fundação Libertas, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 10,672% (INPC mais taxa de juros de 4,84% de janeiro a dezembro de 2013), resultando em perda atuarial ao Plano de 2,508% da rentabilidade patrimonial do exercício.

9) Constatou-se, com base em fluxo atuarial desenvolvido especificamente para este fim, em atendimento à Resolução MPS/CGPC 18/06, alterada pela CNPC nº 9/12 conforme pode ser verificado no Parecer GAMA 43 – PA 033/14, que o financiamento da Provisão Matemática a Constituir, na forma explicitada no Plano de Custeio, não afetará a solvência do Plano.

(...)

4 – CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do PLANO MINASCAIXA, em 31/12/2013, encontra-se equilibrada, considerando as Provisões Matemáticas a Constituir e o valor das Contribuições Contratadas inclusas no Patrimônio de Cobertura do Plano, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.”

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses e premissas atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial de Encerramento do Exercício de 2013 foram elaboradas pela Fundação, com a concordância da Patrocinadora para aquelas que lhe é pertinente, subsidiadas pelos trabalhos técnicos atuariais que envolvem a aplicação dos tes-

tes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela GAMA Consultores Associados², conforme os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 09, de 29/11/2012.

DESCRIÇÃO	HIPÓTESE EMPREGADA
REGIMES E MÉTODOS¹	
Regime Financeiro	Capitalização para todos benefícios.
Método Atuarial	Agregado para todos benefícios.
BASES POPULACIONAIS	
Rotatividade	0,00% a.a. ⁽²⁾
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Exp. LIBERTAS 2013 - Fator de reversão médio. ⁽³⁾
	Benefícios Concedidos: Família Real ⁽³⁾
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,84% a.a. ⁽⁴⁾
Projeção do Crescimento Real Anual do Salário	1,00% a.a. ⁽⁵⁾
Fator de Capacidade	0,9782 ⁽⁶⁾
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT - 2000 M&F (suavizada em 10%) ⁽⁷⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	WINKLEVOSS ⁽⁸⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	ÁLVARO VINDAS ⁽⁹⁾
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável

1 – Considerando que o Plano está em extinção e possui apenas cobertura para benefício de risco, vitrifica-se que o Regime Financeiro e o Método Atuarial atendem à legislação e fornecem segurança aos Participantes e Assistidos.

2 – No Plano MINASCAIXA não há eventos observados para rotatividade, portanto, foi empregado a rotatividade nula.

3 - Com base na experiência dos Planos administrados pela Libertas, para o cálculo dos Benefícios a Conceder, foi utilizado a Hipótese Exp. LIBERTAS 2013 - Fator de reversão médio, construída com base na diferença média entre a idade dos participantes e seus respectivos beneficiários vitalícios, do percentual da população que possui dependente. Para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, foi utilizado a Família Real dos Assistidos.

4 – A Taxa Real de Juros foi definida de acordo com estudos prospectivos, observando as projeções, cenários econômicos e limites dispostos na Resolução CGPC 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC 09/2012, já líquida, sendo que a referida taxa, converge com a taxa esperada de retorno real dos recursos garantidores.

5 – Definida com base no Regulamento do Plano.

6 – No teste foi utilizado como índice projetado de inflação a taxa de 5,00% a.a., obtida através da ponderação das taxas de inflação de médio e longo prazos.

7 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua AT - 2000 M&F (suavizada em 10%).

8 - A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua WINKLEVOSS

9 – A tábua que se mostrou mais aderente à massa vinculada ao Plano, conforme teste de aderência aplicado, foi a Tábua ÁLVARO VINDAS.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis, consolidados nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, foram submetidos à apreciação da auditoria independente Baker Tilly Brasil, que emitiu parecer com a seguinte opinião:

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consoli-

dados e individuais por plano de benefício acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL e individual por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2013 e o

²Empresa de consultoria atuarial responsável técnica pelo Plano.

desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.”

Nesse parecer, os auditores incluíram 4 parágrafos de ênfase, os quais, a Fundação registra sua opinião em sequência:

As ênfases apontadas pela auditoria independente, também constam como parágrafo de ênfase no relatório do Conselho Fiscal.

Não obstante, as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada no dia 25 de março de 2014.

Tais documentos encontram-se disponíveis no site da Fundação.

Ênfases 1

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.3.9, em 31 de dezembro de 2013, a Fundação mantém reconhecido, decorrente da decisão judicial transitada em julgado, um crédito de R\$ 47.952 mil a receber da União relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras do plano previdencial da extinta patrocinadora MinasCaixa. O referido valor encontra-se pendente de confirmação pela União, que poderá recorrer da sentença judicial visando à revisão dos cálculos. No momento, é incerta a definição do valor a receber, o qual está reconhecido com base em estimativa feita pelos assessores jurídicos no ano de 2007 e que não vem sendo atualizada por ser do entendimento da Fundação que a atualização da contingência ativa para valores superiores aos já registrados, não seria prudente. O valor atual da causa conforme posicionamento dos advogados responsáveis é de R\$ 49.328 mil. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

A Fundação Libertas aguarda o ressarcimento do Imposto de Renda recolhido no período compreendido entre maio de 1984 a dezembro de 1993. O direito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, definitiva e irrevogável. Essa decisão assegura restituição do imposto pago indevidamente, assegurada a complementação e atualização monetária de acordo com o andamento do processo.

A provisão contábil foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Plano MINASCAIXA no mês de dezembro de 2001. O referido direito está atribuído integralmente ao Plano da extinta MINASCAIXA, em virtude da temporalidade do litígio estar datada em período anterior a 1991, época em que era o único plano existente na Fundação.

Em dezembro de 2007, baseado em relatório elaborado pelo advogado que patrocina a causa, a entidade procedeu ao ajuste da provisão de recebimento, passando de R\$ 56.782 mil para atuais R\$ 47.952 mil.

A avaliação da decisão do STJ aponta no sentido de que a apreciação dos itens abordados em embargos de declaração não produzirá alteração significativa no valor exequendo, pois que a principal divergência sobre os cálculos, a incidência de índices de expurgo inflacionário, já foi superada em favor das entidades exequentes, e reafirmou o valor da estimativa.

Ênfases 2

“Conforme descrito na Nota Explicativa no 4.8.3.3, a Fundação foi autuada em duas ocasiões pela Secretaria da Receita Federal para efetuar o pagamento de imposto de renda incidente sobre as aplicações financeiras. Com relação à primeira autuação, a qual compreendeu os exercícios de 1995 a 1998, o valor foi pago em dezembro de 2013, aproveitando os benefícios concedidos pelo REFIS (Lei nº 12.865/2013), resultando num desembolso efetivo de R\$ 32.512 mil. A época deste pagamento, o valor provisionado pela contabilidade para esta contingência era de R\$ 71.564 (R\$ 67.576 em 31/12/2012). A diferença entre o valor provisionado e o valor pago, considerando também as custas dos advogados, foi realocado para a provisão do processo que abrange o período 2000 a 2004, cujo prognóstico de perda é possível. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, com aumento do valor da causa, para justificar o registro complementar da provisão de tal processo, no valor de R\$ 38.977 mil, conforme Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

Ênfases 3

“Com relação à segunda autuação, mencionada no parágrafo anterior, a qual abrange o período de junho de 2000 a dezembro de 2004, esta foi impugnada na esfera administrativa. O valor atualizado da ação, conforme parecer dos advogados responsáveis é de R\$ 245.681 mil relativos ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004 (31/12/2012 – R\$ 236.916), e ainda conforme o entendimento destes advogados, o prognóstico de perda da ação é possível. A Fundação mantém na data base auditada, provisão de R\$ 96.534, referente a este processo. No momento, é incerto conhecer o desfecho destes assuntos ou a necessidade ou não de complementar a provisão para pagamento de autuações, tendo em vista a falta de decisões dos Tribunais superiores, até o presente momento, em processo desta natureza, e também pelo fato de a Fundação, para o caso que está sendo discutido judicialmente, ter tido a segurança denegada obrigando o pagamento da autuação. Complementarmente, existem decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região contrária ao pleito da Fundação. Até o término de nossos trabalhos, não houve manifestação do advogado desta causa a respeito de alteração do prognóstico de possível para provável, para justificar o registro da provisão de tal processo, conforme definido na Resolução Nº 1.180/99 do Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

Em 27 de setembro de 2000 a FUNDAÇÃO LIBERTAS foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 1995 a 1998, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor corrigido de R\$ 63.212 mil.

Em 29 de junho de 2005, a FUNDAÇÃO LIBERTAS recebeu nova autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e variável nos exercícios de 2000 a 2004, procedendo ao Lançamento de

Ofício do crédito tributário correspondente no valor de R\$ 138.972 mil (R\$ 245.681mil em dezembro de 2013).

No exercício social de 2010, em virtude da probabilidade de perda “provável” apontada pelo consultor jurídico que acompanha o processo de Imposto de Renda Retido na Fonte no período de 1995 a 1998, ratificada pela assessoria jurídica interna da Entidade e pela Diretoria Executiva, ocorreu o provisionamento da totalidade do valor em risco.

Para o auto de infração relativo aos exercícios sociais compreendidos entre os anos de 2000 a 2004, permaneceu o provisionamento parcial. A provisão foi efetuada de forma conservadora pela Entidade, tendo em vista a possibilidade de perda apontada pelos consultores jurídicos externos como “possível”.

Em dezembro de 2013, considerando a aprovação da lei 12.865/2013 que reabriu o prazo para adesão ao Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários (REFIS), disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, a Fundação Libertas, com base nos pareceres dos advogados que patrocinam a causa, optou pela adesão ao REFIS somente em relação aos débitos alusivos ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998. Desta forma, em 12 de dezembro de 2013, foi pago DARF no valor de R\$ 32.512 mil.

Como a contingência contabilizada até Novembro de 2013, em relação ao Imposto de Renda no período de 1995 a 1998, montava R\$ 71.564 mil, o excedente (R\$ 39.052 mil) foi destinado à: a) Quitação dos honorários dos advogados que acompanhavam a causa: R\$ 289 mil; b) Complementação do provisionamento do débito do Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 (Nos termos do parecer dos Advogados da Fundação): R\$ 38.763 mil.

Por consequência, os registros contábeis relacionados a contingência de Imposto de Renda do período de 2000 a 2004 montam R\$ 96.534 mil, em 31 de dezembro de 2013.

Ênfases 4

“A Fundação recebeu os Ofícios nºs 5.565 de 03 de dezembro de 2013 e 5.680 de 09 de dezembro de 2013 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”), de Monitoramento dos Investimentos, apontan-

do desenquadramento dos investimentos do plano COPASA RP1 com relação aos requisitos da Resolução Nº 3.792, do Banco Central do Brasil/Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. A situação apontada decorre, exclusivamente, das contingências relacionadas aos investimentos, as quais são consideradas como excludentes no cálculo dos recursos garantidores, sendo estes a base para cálculo do enquadramento, conforme norma citada anteriormente. A Fundação respondeu a tais ofícios, solicitando avaliação do conceito de apuração de “Recursos Garantidores” para entidades que detêm “exigível contingencial” relacionado ao investimento. Em 31 de dezembro de 2013, os planos previdenciários CDI, COMIG BD, e IMA apresentavam o mesmo quadro apontado no plano COPASA RP1. Até que a diretoria da PREVIC se posicione de forma favorável ao entendimento da Fundação a respeito do cálculo do enquadramento dos investimentos, a Fundação encontra-se em situação passível de penalidade pelo órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

A situação apontada pelos auditores reflete uma imperfeição da legislação que rege as atividades relacionadas à Previdência Complementar.

Tal imperfeição ocorre, a partir da indicação do cálculo à ser feito para enquadramento (Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792/2009), qual seja: Total do Investimento dividido pelos Recursos Garantidores totais, sendo esse último composto pelo somatório dos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades. Logo, caso os planos possuam elevadas exigibilidades, o cálculo de enquadramento fica distorcido.

Considerando que o desenquadramento apontado é inerente a Forma de apuração, e que em essência a entidade está enquadrada em relação aos investimentos realizados, a Fundação Libertas aguarda posicionamento da PREVIC sobre tal situação.

INVESTIMENTOS

VALORES DE MERCADO DOS INVESTIMENTOS – R\$ (MIL)

Discriminação dos Investimentos	Plano dez/2013	%Aplicação	%Política de Investimentos	PGA dez/2013	%Aplicação	Entidade dez/2013	%Aplicação	Limite Res. 3792
Recursos garantidores das reservas técnicas	200.022	100,00%	100,00%	9.157	100,00%	2.207.312	100,00%	–
Disponível	65	0,03%		70	0,76%		0,00%	–
Renda Fixa	113.755	56,87%	100,00%	9.087	99,24%	1.634.740	74,06%	100%
Gestão Própria	82.130	41,06%			0,00%	175.782	7,96%	
Gestão Terceirizada	31.625	15,81%		9.087	99,24%	1.458.958	66,10%	
Renda Variável (Gestão Terceirizada)	24.544	12,27%	28,00%	–	0,00%	292.901	13,27%	70%
Invest. Estruturados (Gestão Terceirizada)	9.467	4,73%	11,00%	–	0,00%	85.850	3,89%	20%
Imóveis (Gestão Própria)	13.178	6,59%	8,00%	–	0,00%	148.431	6,72%	8%
Emprést./Financiamentos (Gestão Própria)	2.744	1,37%	15,00%	–	0,00%	45.390	2,06%	15%
Valores a Pagar e a Receber	48.197	24,10%		–	0,00%			
Exigível Contingencial/Investimentos	(11.928)	-5,96%		–	0,00%			
Gestão Própria	146.314	69,03%		70	0,76%	369.603	16,74%	
Gestão Terceirizada	65.636	30,97%		9.087	99,24%	1.837.709	83,26%	

Nota: na coluna “% Política de Investimentos” constam os limites superiores estabelecidos para cada segmento de aplicação.

O quadro da página anterior demonstra a atual distribuição dos recursos do Plano MINASCAIXA entre os segmentos de aplicação permitidos pela legislação vigente. Também são apresentadas a alocação do Plano de Gestão Administrativa, assim como a consolidada de todos os planos de benefícios administrados, para que seja possível ao participante comparar a situação de seu plano com a posição geral da entidade.

Como pode ser observado, os investimentos estão em acordo com os limites estabelecidos na política de investimentos do plano, que é elaborada levando em conta suas especificidades, como características da massa de participantes (idade, tempo para aposentadoria), necessidade de liquidez, nível de risco aceitável para os investimentos, entre outros.

APRESENTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DEMONSTRATIVO DOS MANDATOS

Segmento	Nome do fundo	Tipo	Gestor	Benchmark	Taxa de administração	Taxa de Performance
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM I	Exclusivo	Bradesco	INPC +6,00% a.a.	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FI RF FAROL ALM II	Exclusivo	Itaú	IMA-B	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	SANTANDER FI RF FAROL	Exclusivo	Santander	CDI	0,06% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIDC BMG VIII SR S2	Fechado	Integral	IPCA+8,50% a.a.	0,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Fixa	FIRF MODAL GAIA CRI	Fechado	Modal	IPCA+6,50% a.a.	0,60% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	SULAMERICA FIC DE FIA LIBERTAS	Exclusivo	Sul América	IBOVESPA Ativo	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	B FIA DIVIDENDOS	Aberto	Bradesco	IDIV Ativo	1,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBRX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBRX-100
Renda Variável	GUEPA INST 60 FIC FIA	Aberto	Guepardo	IBOVESPA Ativo	2,05% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV Ativo	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBRX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBRX-100
Renda Variável	SUL AMER TOT RET FIA	Aberto	Sul América	IBRX-50 Ativo	1,50% a.a.	20% s/o que excedera IBRX-50
Renda Variável	SUL EXPERTISE II FIA	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Renda Variável	FRANK TEMPLEN VL FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBOVESPA Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBOVESPA
Renda Variável	FIC FIA LIBERTAS I	Exclusivo	HSBC	IBOVESPA Ativo	0,16% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BNY MELLON ARX FIA	Aberto	Mellon	Ações Livre	4,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG ABS INS FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	FRANKLIN T IBX FIA	Aberto	Franklin Templeton	IBRX Ativo	2,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	GAVEA AÇÕES FIC FIA	Aberto	Gávea	IBRX- 100 Ativo	1,96% a.a.	20% s/o que exceder o IBRX-100
Renda Variável	HSBC FIA IBOV GESTÃO	Aberto	HSBC	IBOVESPA	0,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP EXPLORER INS FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	JGP INST FIA	Aberto	JGP	Ações Livre	2,75% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	BTG PAC DIV FIC FIA	Aberto	BTG Pactual	IDIV	2,50% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	POLLUX INS I FIC FIA	Aberto	Pollux	IBRX- 100 Ativo	2,00% a.a.	20% s/o que exceder o IBRX-100
Renda Variável	SQUADRA INST FIA	Aberto	Squadra	Ações Livre	3,00% a.a.	Não Aplicável
Renda Variável	FIA SULAMERICA EXPERTISE ATIVOS	Fechado	Sul América	IVBX-2 Ativo	1,50% a.a.	10% s/o que exceder o IVBX-2
Invest. Estruturados	FIP COLISEU	Fechado	Modal	IPCA+7,00% a.a.	0,18% a.a.	Não Aplicável
Invest. Estruturados	FIEE EMPREENDEDOR BRASIL	Fechado	BRZ	IPCA+9,50% a.a.	1,90% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +9,5% a.a.
Invest. Estruturados	FIP KINEA PRIV EQ II	Fechado	KINEA	IPCA+10,00% a.a.	1,50% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP LACAN FLORESTAL	Fechado	Lacan	IPCA+ 10,00% a.a.	1,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+ 10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FIP DLM BRASIL TI	Fechado	DLM	IPCA + 10,00% a.a.	1,80% a.a.	20% s/o que exceder IPCA+10,0% a.a.
Invest. Estruturados	FICFIP BTG INFRA II	Fechado	BTG Pactual	IPCA+8,00% a.a.	2,00% a.a.	20% s/o que exceder IPCA +8,0% a.a.

Na Tabela Apresentação dos Fundos de Investimentos – Demonstrativo dos Mandatos estão relacionados os fundos de investimentos dos quais a Fundação LIBERTAS é cotista. A distribuição das cotas, dentre os vários planos que administra, varia de acordo com as características de cada um, conforme mencionado anteriormente.

O quadro também exibe informações relacionadas ao mandato/benchmark (objetivo de rentabilidade do Fundo), taxas de administração, taxa de performance (remuneração cobrada sobre a rentabilidade que superou o benchmark - índice de referência do fundo), entre outras.

Com base nessas informações a entidade objetiva apresentar, de forma transparente, os gestores selecionados para alocação dos recursos, explicitando a diversificação em diferentes estratégias de gestão, que tem como principal objetivo a minimização de riscos e atribuição de valor no curto, médio e longo prazo.

RENTABILIDADE X BENCHMARK – 2013

Segmentos	Benchmark		Rentabilidade bruta	Rentabilidade líquida	Rentabilidade PGA
	Referência	Variação%			
Renda Fixa*	INPC+5,5% a.a.	11,37%	7,82%	6,89%	5,76%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,51%	-2,60%	-3,44%	
Investimentos Estruturados	INPC+5,75% a.a	11,63%	-8,56%	-9,37%	
Carteira Imobiliária	INPC	5,56%	11,99%	11,04%	
Empréstimos aos Participantes	INPC+8% a.a.	14,01%	19,96%	18,95%	
Meta Atuarial**		10,91%	-	-	
Carteira do Plano		5,36%	6,27%	5,36%	5,76%

*Renda Fixa – Nesse segmento estão considerados os valores a receber de processos judiciais (na ordem de R\$ 47 milhões), conforme demonstrações contábeis.

**Meta Atuarial foi INPC + 5,75% ao ano até 31/03/2013 e INPC + 4,84% ao ano a partir de 01/04/2013

O quadro de rentabilidade apresenta os resultados obtidos pelo plano no ano de 2013, inclusive de forma segregada por segmento. Além disso, permite que os resultados sejam comparados com os respectivos índices de referência estabelecidos. Simultaneamente, são apresentados os resultados obtidos pelo PGA, além dos retornos brutos e líquidos dos investimentos do plano.

Considerando que a gestão do plano é realizada com foco na formação de reserva no longo prazo, com objetivo de garantir o pagamento dos benefícios aos participantes após o término da vida laborativa, é importante que o monitoramento dos resultados seja feito levando em conta tal premissa. Esse entendi-

mento é de extrema importância por parte dos participantes, para que consigam conviver com as oscilações que os riscos dos investimentos provocam na cota do plano. Como os investimentos são feitos com foco no longo prazo, possuem maior risco e, portanto, maior expectativa de retorno. A proteção que a entidade busca para que os objetivos sejam alcançados é a diversificação, ou seja, a aplicação em ativos de diversas naturezas, tipos e níveis de riscos. Nesse sentido, estão apresentados o desempenho de alguns dos principais índices de mercado, em janelas de tempo de 12, 24, 36 e 48 meses, para que seja possível avaliar o valor agregado pelo risco dos investimentos no longo prazo.

PRINCIPAIS ÍNDICES DE MERCADO

Segmentos	Índice	Últimos 12 meses	Últimos 24 meses	Últimos 36 meses	Últimos 48 meses
Plano	Cota	6,88%	24,76%	38,78%	
Renda Fixa	CDI	8,06%	17,14%	30,72%	43,47%
Renda Fixa	SELIC	8,22%	17,41%	31,06%	43,87%
Renda Fixa	IMA-B	-10,02%	13,99%	31,21%	53,57%
Renda Variável	IBOVESPA	-15,50%	-9,25%	-25,68%	-24,90%
Renda Variável	IBrX	-3,13%	8,06%	-4,25%	-1,74%
Renda Variável	SMLL	-15,22%	9,08%	-9,03%	11,69%
Renda Variável	IVBX-2	5,22%	27,12%	21,14%	26,44%

Enfim, resultados ruins, se realizados no curto prazo, podem prejudicar os resultados no futuro.

Movimentos bruscos, como a venda de ativos pelo simples fato de terem apresentado retornos ruins no curto prazo, sem a observância de fundamentos técnicos que o justifiquem, pode prejudicar de forma relevante os participantes. Por isso, a Fundação Libertas monitora diariamente o mercado, avaliando as oportunidades e analisando os fundamentos para compor as carteiras dos planos da forma mais aderente possível à necessidade de cada um.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

Segmentos	Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	67,29%	50,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	16,01%	0,00%	25,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	7,00%	0,00%	10,00%	20,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	3,00%	10,00%
Carteira de Imóveis	8,00%	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos aos participantes	1,70%	0,00%	15,00%	15,00%

Para o ano de 2014, a política de investimentos preparada pela Diretoria Executiva da entidade, e aprovada pelo Conselho Deliberativo, aponta os limites de aplicação como parâmetros a serem observados. Cabe lembrar que os limites são estabelecidos com base em estudos e premissas que são validados com as características e particularidades de cada plano, sempre com foco no fluxo de pagamento de benefícios.

Finalmente, no quadro a seguir consta um resumo das informações relacionadas à política de investimentos para 2014.

RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2014

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de referência: 01/2014 a 12/2014

Indexador: INPC – Taxa de Juros: 4,84%

Documentação / Responsáveis:

Nº da Ata de Aprovação: 275

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 19/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome: Edson José Vidigal Paolucci

Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Controle de Riscos: Risco de Mercado; Risco de Liquidez; de Contraparte; Legal; Operacional; Outros.

INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO LIBERTAS

1) Os planos de benefícios de previdência complementar têm por base a acumulação de recursos provenientes da contribuição dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro e, para tais investimentos, há regras estabelecidas por órgãos governamentais, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (responsável pela fiscalização dos fundos de pensão) e o Conselho Monetário Nacional, entre outros. Em resumo, o montante acumulado por cada plano servirá para o pagamento dos benefícios previstos em seu regulamento. Enfim, há, sim, uma total dependência entre previdência complementar e mercado financeiro, cujas oscilações afetam diretamente os planos de benefícios.

2) Outro ponto importante a destacar é o caráter de longo prazo dos investimentos dos fundos de pensão, cujos resultados devem ser avaliados ao longo dos anos. Essa característica é a base da Previdência Complementar, que está, naturalmente, ligada às oscilações do mercado financeiro. Por esse motivo, sempre é bom verificar o desempenho de um plano de benefícios levando em conta períodos acumulados, para que seja possível avaliar de forma eficiente a gestão de investimentos.

3) A situação de 2013 reflete um período de instabilidade dos mercados, tanto doméstico como mundial. O que gostaríamos de ressaltar é que, embora os resultados mais recentes dos investimentos (e seus impactos no valor da cota mensal do seu plano de benefícios) não tenham sido satisfatórios, foi justamente o histórico positivo da gestão de recursos da Fundação Libertas

que impede o agravamento da situação de momento. Trata-se, sim, de um período de instabilidade momentânea dos mercados.

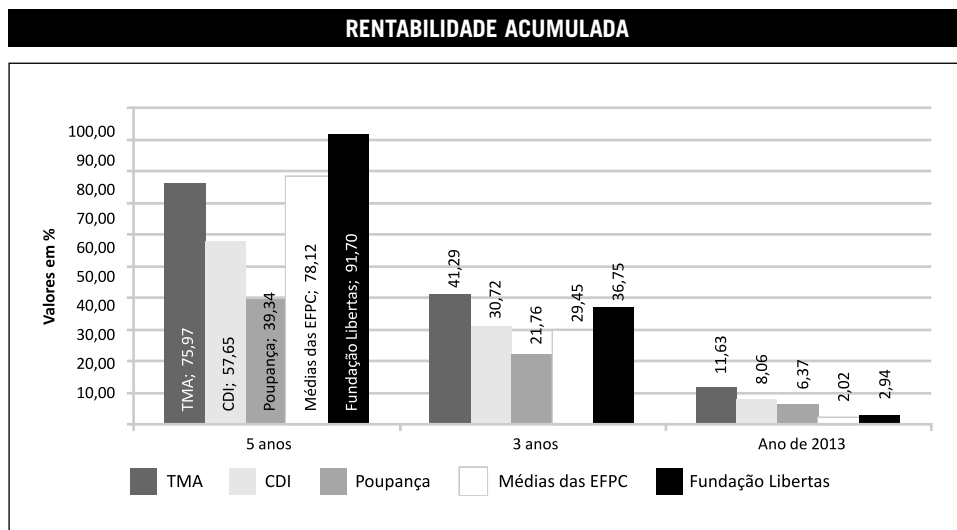
4) Sempre quando comentamos sobre as expectativas de investimentos de um plano de aposentadoria, focamos na razão da existência de um plano em uma entidade fechada de previdência complementar, que em hipótese alguma pode ser confundido com investimentos de curto prazo ou formação de poupança associada a consumo. Trata-se de constituição de poupança para aferição de renda suplementar futura.

5) Nesse contexto, além dos riscos envolvidos nas aplicações financeiras que em determinados momentos apresentam grandes oscilações nos preços dos ativos (volatilidade/ risco de mercado), temos que destacar outra grande preocupação, esquecida em alguns momentos pelos participantes - A INFLAÇÃO. Ao realizar os investimentos, com o foco na manutenção de renda futura, o gestor de um fundo de pensão realiza aplicações em ativos que buscam proteger no longo prazo esse participante de choques inflacionários.

6) Sabemos que esse assunto carece de maior espaço para compreensão, mas chamamos à reflexão a necessidade individual de avaliar as aplicações não apenas pela variação inicial dos seus ativos. Muitos procuram proteger o seu patrimônio em aplicações financeiras de curto prazo, inclusive em cadernas de poupança. Nesse caso, ao avaliar o seu investimento pela ótica do poder de compra, é bem provável que os retornos dos investimentos sejam insuficientes até para suprir a inflação no período.

7) No gráfico a seguir, você tem uma comparação da rentabilidade total dos investimentos da FUNDAÇÃO LIBERTAS com alguns indexadores de mercado e com a média da rentabilidade

de dos Fundos de Pensão, acumulados para períodos de 5 anos, 3 anos e no ano de 2013.



(1) TMA = Taxa Máxima Atuarial: INPC + 6%aa até 2012; e INPC + 5,75%aa em 2013 (parâmetro utilizado para o retorno dos investimentos de um plano de benefícios na modalidade BD).

(2) CDI = Certificado de Depósito Interbancário.

(3) Poupança = Caderneta de Poupança (TR + 6% aa).

(4) EFPCs = Entidades Fechadas de Previdência Complementar (desempenho médio calculado pela PREVIC).

(5) FUNDAÇÃO LIBERTAS = Rentabilidade consolidada de todos os planos administrados pela Fundação.